

Economia

IMPOSTO DE RENDA 2024

Entrega da declaração começa em 15 de março

Prazo para acertar as contas com o Fisco vai até 31 de maio. Faixa de isenção foi reajustada



SANEAMENTO AVANÇA

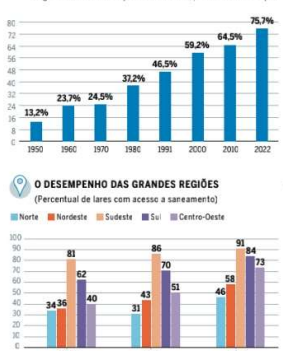
População que vive em lares em condições adequadas sobe para 75,7%

CASSIA ALMEIDA
E CAROLINA NALIN
cassia.almeida@globo.com.br

A EXPANSÃO DO SERVIÇO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

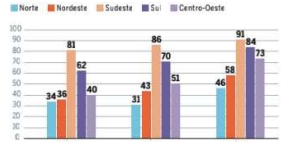
OS NÚMEROS DO SETOR

Projeção de brasileiros que moram em domicílios com esgotamento sanitário por rede coletora, pluvial ou fossa séptica



O DESEMPENHO DAS GRANDES REGIÕES

(Porcentual de lares com acesso a saneamento)



Fonte: Censos demográficos do IBGE



diferença — diz Frischknecht.

Gesner Oliveira, professor da FGV/SP e sócio da GO Associados, que presidiu a Sabesp, empresa de saneamento do estado de São Paulo que está em processo de privatização, reconhece que houve avanço, mas alerta:

— Ainda não é o salto de que o Brasil precisa para sair de

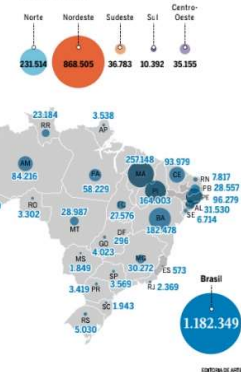
uma situação muito precária.

Um quarto da população sem acesso a saneamento ainda é muito gente, com externalidades negativas muito fortes.

Ele afirma que será necessário o dobro ou o triplo do investimento médio atual para conseguir universalizar o serviço. Esse é um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que o Brasil se comprometeu a cumprir: ter todas as casas com saneamento adequado até 2030.

O engenheiro sanitário Léo Heller, professor e pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz em Minas Gerais, acha pouco provável atingir essa meta, por maior que seja o esforço até lá. Ele

POPULAÇÃO SEM QUALQUER TIPO DE BANHEIRO, MESMO IMPROVISADO



Acúcio aberto. Moradora de Mesquita, Marian Marques não tem acesso de esgoto em sua casa, no bairro Jacupiranga, dentro de uma favela.

não considera as privatizações como solução para universalizar o serviço:

— É uma população difícil de ser alcançada: zona rural, cidades pequenas, assentamentos informais nas metrópoles. E onde não há regularização fundiária, a situação é pior. Atualmente, a política valoriza muito a área urbana. A orientação que tem prevalência, de transferência para a iniciativa privada, vai na contramão dessa carência. São áreas de baixa atratividade para o capital.

Frischknecht vê outro componente nessa equação: o aumento de renda das famílias nos últimos 12 anos, que melhoraram suas casas, inclusive o esgotamento sanitário.

— Houve expansão de renda das famílias e transferências maciças durante a pandemia. A autocorrelação também explica esse avanço — diz.

Na avaliação de Jaime Oliveira, pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz), os investimentos do PAC até meados de 2015, com foco em saneamento e habitação, ajudaram a ampliar a cobertura. Ele diz que as concessões à iniciativa privada aceleraram as ligações das casas à rede de esgoto:

— Mas ter esgoto coletado não significa melhora em questões ambientais. É preciso tratá-lo adequadamente, o que é outro desafio.

Heller chama a atenção para os benefícios que o avanço do saneamento traz à saúde pública, com redução dos casos de diarreia, dengue e chikungunya:

— Quando não há água em casa, as pessoas são obrigadas a armazenar, o que facilita a criação dos vetores dessas doenças. E o esgoto a céu aberto é fonte de diarreias e verminoses. Muita coisa pode melhorar na saúde pública, com menos internações e uso de medicamentos, com mais saneamento.

ACESSO DESIGUAL

A desigualdade persiste. Segundo o IBGE, em 2,386 cidades brasileiras, menos da metade da população morava em domicílios com esgotamento por rede coletora ou por fossa séptica. Entre os 24,3% da população que não tem rede coletora ou fossa séptica, 19,4% despejam o esgoto em buracos ou fossas rudimentares. Outros 2% usavam rios, lagoas ou córregos.

Em Mesquita, na Região Metropolitana do Rio, a manicure Marian Marques vive numa casa sem acesso à rede coletora de esgoto. Segundo ela, os dejetos são despejados diretamente no já poluído Rio da Prata, que corta boa parte do bairro Jacupiranga, onde mora:

— É um mau cheiro enorme. Vai tudo para o rio.

Segundo o Censo, as restrições de acesso a saneamento são maiores entre jovens, pretos, pardos e indígenas. Dos 203 milhões de habitantes no país, 24% ainda moram em casas sem descarte adequado de esgoto. Mas esse percentual sobe para 68,6% entre pretos e pardos. Significa que sete em cada dez vivem sem saneamento adequado.

O Ministério das Cidades, que cuida das políticas de expansão do serviço, afirmou que vai usar os dados do Censo 2022 para orientar suas ações. (Colaborou Isa Moreira Vista, estagiária, sob a supervisão de Luciana Rodrigues.)

País tem 1,2 milhão de pessoas morando em casas sem banheiro

Ainda há no Brasil 1,2 milhão de pessoas que vivem em 367 mil lares sem banheiro, nem mesmo externo ou precário, segundo os dados do Censo 2022. No outro extremo, a pesquisa mostrou que 5,4 milhões vivem em casas com quatro banheiros ou mais.

No Piauí, a pior situação do país, 5% da população vivem nessas condições. O quadro é crítico em 169 municípios, onde 10% da população estavam em lares sem banheiro ou sanitário.

Em todo o país, há ainda 2,4 milhões em domicílios com instalações externas e insalubres. Pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Brasil tem que eliminar essa situação até 2030.

Leo Heller, professor e pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz em Minas Gerais, diz que esse número pode até estar subdimensionado, já que as pessoas têm vergonha de dizer que não têm banheiro:

— Isso mostra a ausência do Estado em cidades muito pequenas e nas periferias.

Mas o país avançou. Em 2010, havia 1,5 milhão de lares sem qualquer instalação sanitária. E houve aumento na parcela da população com banheiro de uso exclusivo em casa.

Em 2022, em um patamar pior do que o encontrado nas regiões Norte e Nordeste, as mesmas áreas se encontravam, em 2022, em um patamar pior do que o encontrado nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste em 2010.

O IBGE também divulgou dados sobre o acesso dos moradores à coleta de lixo. A quantidade de brasileiros atendidos pelo serviço cresceu nos últimos 12 anos, mas desigualdades persistem.

Em 2022, o reconhecimento apurou 85,8%.

Apesar do avanço, 9,1% da população não são atendidos pelo serviço, isso significa que 18,4 milhões de brasileiros têm de buscar soluções alternativas para destinar seu lixo.

Em 455 das 5.570 cidades brasileiras, menos da metade da população era atendida por coleta de lixo. O dado inclui tanto a forma direta, de coleta pelo serviço de limpeza, quanto indireta, quando ele é depositado na caçimba.

As cidades menores são as que mais sofrem com a falta do serviço. Entre as cidades com menos de 5 mil habitantes, só 78,9% têm coleta na porta de casa. Já nos municípios com 500 mil habitantes ou mais, o percentual é de 98,9%.

Jaime Oliveira, pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz), destaca que o Brasil ainda está muito aquém de implantar a Política

Nacional de Resíduos Sólidos. Ele lembra que a construção de aterros sanitários tem um custo alto para municípios pequenos, e o transporte dos resíduos para cidades próximas que contam com aterro sanitário e realizam consórcios entre prefeituras também um desafio.

— As prefeituras precisam criar um plano municipal para obter recursos para saneamento, mas há cidades que não têm capacidade técnica — diz. — Também é preciso investir em educação ambiental.

As pessoas precisam ter ciência de que jogar lixo no chão pode promover enchente e proliferação de mosquitos, além de sobrecarregar o sistema de limpeza urbana. (Cassia Almeida e Carolina Nalin)

Nacional de Resíduos Sólidos.

Ele lembra que a construção de aterros sanitários tem um custo alto para municípios pequenos, e o transporte dos resíduos para cidades próximas que contam com aterro sanitário e realizam consórcios entre prefeituras também um desafio.

— As prefeituras precisam criar um plano municipal para obter recursos para saneamento, mas há cidades que não têm capacidade técnica — diz. — Também é preciso investir em educação ambiental.

As pessoas precisam ter ciência de que jogar lixo no chão pode promover enchente e proliferação de mosquitos, além de sobrecarregar o sistema de limpeza urbana. (Cassia Almeida e Carolina Nalin)